

“O Jornal” revela acta “secreta” da cooperação entre os “Cinco”

O Jornal

1-10-82

BOTH SIDES
mm mm

A 19 de Setembro — véspera da III Conferência dos Chefes de Estado —, reuniu-se na Cidade da Praia a Comissão para os Assuntos de Cooperação, formada por representantes dos cinco países africanos de expressão portuguesa. A comissão reuniu-se no âmbito do encontro dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos cinco, que teve como finalidade preparar a cimeira dos chefes de Estado. Publicamos em seguida, e em primeira mão, os excertos mais significativos de um documento reservado a que “O Jornal” teve acesso, intitulado «Acta-síntese dos trabalhos da Comissão para os Assuntos da Cooperação».

«Da apreciação geral da cooperação realizada entre os cinco países — começa por afirmar o documento —, foi unanimemente reconhecida a fraqueza dos resultados, que se situa muito aquém da vontade política expressa e várias vezes reafirmada pelos Chefes de Estado dos cinco países.» São enunciadas cinco razões explicativas do «fraco índice de realização das acções de cooperação preconizadas»:

— «a grandeza das tarefas de reconstrução das economias nacionais dos cinco países, aliadas aos condicionamentos organizativos internos e à carência de meios humanos e materiais»;

— «a complexidade do relacionamento multilateral»;

— «o afastamento geográfico e a inserção dos países em espaços geopolíticos diferentes»;

— «a fraca circulação da informação entre os cinco países»;

— «e, por último, «a não existência de um quadro institucional de acompanhamento.»

Como forma de contrariar a deficiência sentida na cooperação, a acta da comissão dá conta que «as delegações convieram na necessidade de avançar, numa primeira fase, com a implementação das medidas a curto prazo». A prioridade, no imediato, no entanto, deverá ser acompanhada pela «definição de um quadro estratégico de longo prazo de cooperação entre os cinco países». Aliás, e como salienta o documento, a cooperação deve ser inserida «numa perspectiva de longo prazo, como parte da estratégia política e económica de todos e de cada um».

Banco conjunto, um projecto a relançar

Um dos pontos mais importantes discutidos pela comissão respeitou ao sector bancário, tendo sido sublinhada a «necessidade de relançamento do projecto de banco conjunto, cujas discussões, por razões diversas, se encontram paralisadas desde 1981».

Uma das maiores dificuldades com que, porventura, os cinco se debatem na concretização deste projecto é a da câmara de compensação, tendo a comissão aconselhado «uma maior ponderação (...) quanto à oportunidade de lançamento deste empreendimento». De qualquer maneira, foi recomendada «a realização, tão cedo quanto possível, de uma reunião dos governadores dos bancos centrais dos cinco países». Moçambique ficou incumbido de preparar esta reunião.

A acta informa, por outro lado, que «a comissão debruçou-se sobre os acordos de pagamento bilaterais, tendo considerado deficiente o seu funcionamento».

são registou que «o esforço desenvolvido se tem concretizado positivamente».

Para além do levantamento das instituições de formação existentes e da realização de cursos, seminários e estágios, a acta refere, de mais concreto, «a promoção de instituições comuns de formação». É o caso da Escola Internacional de Sistemas de Comunicação, cujo projecto foi apresentado pela delegação moçambicana (ver noutro local desta edição).

A comissão debruçou-se ainda, conforme o relato da respectiva acta, sobre «a cooperação nas áreas empresarial, cultural e desportos e informação». Neste último capítulo foi reafirmada a necessidade de «desen-

volver a cooperação entre as agências ou órgãos de informação nacionais». Foi neste contexto que, logo após a Cimeira dos Chefes de Estado, Cabo Verde e Moçambique assinaram um acordo de cooperação no domínio da informação. Por outro lado, a comissão reconheceu que «o estabelecimento de mecanismos empresariais pode constituir, em vários sectores, alternativas válidas para a implementação da cooperação entre os cinco».

Uma comissão mista e quatro subcomissões

O último ponto constante da

acta dos trabalhos da comissão respeita ao que é classificado de «quadro institucional» da cooperação. As suas recomendações são, no essencial, retomadas no ponto n.º 11 da declaração divulgada no final da III Conferência dos Chefes de Estado.

«A Comissão — lê-se na acta — considerou que a inexistência de um quadro institucional de dinamização, acompanhamento e controlo das decisões tem constituído um dos principais factores limitativos do desenvolvimento da cooperação entre os cinco países, senão o principal».

A acta-síntese conclui pela formulação, «com base no arti-

go 9.º do Acordo Geral de Cooperação Económica de Maputo», de uma proposta de uma comissão mista. Citando a acta, «a Comissão recomenda que se institucionalize uma comissão mista dos cinco países, a nível ministerial, coordenada por um dos países, em regime rotativo, e que compreendria, de imediato, quatro subcomissões, nos sectores prioritários das Finanças (Bancas e Seguros), dos Transportes, do Comércio e da Formação de Quadros. A coordenação de cada subcomissão — conclui o documento — será assegurada por um dos países, a nível de ministro, em regime permanente e segundo a sua vocação».

Sectores do comércio e transportes

«O fraco nível das trocas comerciais» foi constatado pela Comissão para os Assuntos de Cooperação, que preconizou, entre outras linhas de força, «o estabelecimento de programas comuns de transporte» e a «celebração de acordos comerciais».

Também quanto ao sector dos transportes, a comissão considerou que «não se atingiu um nível aceitável de cooperação». A acta chama, contudo, a atenção para «algumas acções a nível bilateral com resultados positivos, nomeadamente no domínio aéreo, no aproveitamento dos equipamentos e infra-estruturas existentes, na formação e troca de experiências».

Foi ainda reafirmada a validade das «decisões do Mindelo, Luanda e Maputo em matéria de transportes».

«Pool» de resseguros ainda é prematuro

No sector dos seguros, o balanço da actividade desenvolvida foi bem mais positivo do que nos capítulos anteriores. «As recomendações do I Encontro de Seguros de Mindelo, em Junho de 1979, foram, de um modo geral, cumpridas nas áreas estipuladas, tanto a nível bilateral como a nível multilateral» — lê-se na acta-síntese da reunião. Já quanto ao «pool» de resseguros, sugerido no II Encontro de Seguros, realizado em Maputo, em Agosto de 1981, foi considerada «prematura a sua implementação imediata, por não se encontrarem reunidas as condições a nível de alguns países».

A comissão recomendou que o próximo encontro das companhias seguradoras prestasse atenção a três questões: «a realização de encontros anuais de responsáveis pela área de formação de cada empresa»; «a concepção de arranjos de resseguros que melhor sirvam os cinco países», ficando a Seguradora de Cabo Verde incumbida de apresentar o respectivo projecto; «a extensão da cooperação à área de prevenção e segurança».

Prioridade à formação de quadros

O documento que temos vindo a citar assinala «a importância e a prioridade da cooperação no domínio da formação de quadros, tendo em conta, por um lado, as carências em recursos humanos a nível de cada país, e, por outro, a necessidade de um tipo de formação mais adequada no sentido da criação de um homem novo». Em jeito de balanço, a comis-